



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**RACISMO, LIVRO DIDÁTICO E A LEI 10.639/03:
UM DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO
NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

ROSIANE DA COSTA SENA

Salvador
2013

ROSIANE DA COSTA SENA

**RACISMO, LIVRO DIDÁTICO E A LEI 10.639/03:
UM DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO
NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada à Faculdade de Pedagogia da
Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: PROF^a. D. Sc Jamile Borges

Salvador
2013

ROSIANE DA COSTA SENA

**RACISMO, LIVRO DIDÁTICO E A LEI 10.639/03:
UM DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO
LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada em 08 de abril de 2013 como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal da Bahia, pela seguinte Banca Examinadora:

Jamile Borges da Silva (Orientadora)
Prof^a. da Universidade Federal da Bahia

Maria Nazaré Mota de Lima (Examinadora)
Doutora em Letras e Linguística, pela UFBA, 2007.

Ana Kátia Alves dos Santos (Examinadora)
Prof^a. da Universidade Federal da Bahia

Dedico primeiramente a minha mãe Isabel pelo apoio em todos os momentos desta importante etapa de minha vida. Aos meus irmãos (as) e minhas amigas (os).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao meu Deus por essa oportunidade e de ter vivenciado tudo que estou relatando neste trabalho e por fazer presente em minha história de vida.

Aos meus pais, em especial minha mãe Isabel, a você não basta um obrigada, pois iluminou meus caminhos com afeto e dedicação para que eu trilhasse sem medo e cheia de esperança.

A minha família em geral que acompanharam toda minha trajetória. Em especial meus irmãos (as), sobrinhos (as).

A todos que contribuíram à execução deste trabalho. Em especial minhas amigas e amigo, Naiara, Simone, e Mário que me deram amor, tendo paciência e dedicação, me dando força para continuar na jornada.

A minha amiga Clezilda Borges, por ser minha companheira nesse meu trabalho, pois sei que foram suas orientações e dedicação, que possibilitou a chegar até aqui.

A professora Jamile Borges por ter aceitado o convite de me orientar. E os demais professores que acompanharam minha graduação.

Aos integrantes da banca, agradeço por terem aceitado meu convite e pelo trabalho empenhado de leitura e crítica deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas do curso de pedagogia, em especial, Heise, Robério, Wellington, Esiel, Alice, Maria Luiza, Lana. Kátia, Susana, Grazielle, Letícia, Tainá e Priscila.

A todos os funcionários da FACED, pelo auxílio fornecido sempre que necessário. Em especial Guaraci, Jorge e Vera.

Minha família adotiva, Naiara, Naiane, Vanessa, Vânia que têm me dado apoio, condicional para continuar na luta. Especialmente Dona Nair e seu Francisco.

Obrigada...

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho encontra-se no campo das discussões tratando da temática étnico racial no livro didático, em especial o livro de História do Brasil. Tem por finalidade identificar a abordagem das questões racial e da cultura afro brasileira nos livros didáticos, adotados em uma escola pública e em uma escola privada de Salvador. O objetivo é Analisar como o livro de História do Brasil do 5º ano aborda as temáticas citadas na Lei 10639/03. Conhecendo os conteúdos da disciplina de História do Brasil utilizados pelos docentes para trabalhar a questão étnico racial na sua prática docente, certificando se os conteúdos proposto pela Lei 10639/03 estão sendo abordados e investigando os estereótipos nos livros analisados. Para tanto selecionamos três obras usadas no campo do ensino fundamental: Ápis História de autoria José William Vesentini, Dora Martins e Marlene Pécora, da editora Ática, 2 edição de 2012; Akpalô de autoria Aline Correa, da editora do Brasil, edição 2010; Projeto Viver Valores, de autoria Maria Amélia Vieira e Rute de Sousa Galvão, da editora Construir (não cita a edição), foi adotado na escola em 2012. Conclui-se, portanto que os resultados da investigação evidenciaram que embora as melhoria tenham sido importantes após a aprovação da Lei 10639/03, o assunto teórico relacionado a temática racial, até então tem uma necessidade de representação e acepção efetivas da população negra no transcorrer da história principalmente na época escravista do nosso País.

Palavras-chave: livro de história. Currículo. Lei 10.639. Prática docente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS E EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL: ALGUMAS DISCUSSÕES.....	15
2.1	COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE RAÇA.....	15
2.2	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL.....	16
2.3	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL	24
3	A LEI 10639/03 E OS NOVOS DESAFIOS	25
3.1	FORMAÇÃO DO PROFESSORES	27
3.2	A DISCUSSÃO DOS CONTEÚDOS SOBRE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: EM ESPECIAL O LIVRO DE HISTÓRIA	29
3.3	HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS: ANÁLISE DOS DADOS	31
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Reflico ser indispensável explicitar as razões que me induziram a essa temática, uma vez que tais razões resultaram de algumas situações que vivenciei na minha experiência escolar, acadêmica e profissional.

Como estudante que passou toda a educação básica frequentando escolas de rede pública em um Interior da Bahia, percebia o silenciamento sobre as questões no campo das relações étnico – raciais, pois com a ênfase dada nos conteúdos escolares e na proposta dos livros didáticos estavam voltadas para questão dos negros de forma estereotipada e fragmentada, comumente faziam referência ao Folclore, ao período Escravocrata e Abolicionista.

Analisando os processos de formação de professores e suas implicações para a educação das relações raciais, percebo infelizmente que durante a formação acadêmica as temáticas relacionadas às diferentes matrizes culturais e raciais, foram escassos, praticamente ausentes, não considerando as diversificadas identidades, costumes culturais e sociais, dos diversos grupos étnico-raciais. O que reforça no impedimento do seu acolhimento pedagógico na instituição escolar, gerando uma naturalização, nas práticas de discriminações, racismos e preconceitos.

As dificuldades de abordagens da questão do negro e de gênero no âmbito escolar, acadêmico, entre outros espaços, desvendam o peso do imaginário social e dos valores racistas e sexistas que são fortemente impregnados na sociedade, revelando o quanto carece de avanços e de reflexão crítica a cerca da valorização das diferenças e das diversidades. Na mesma medida, se nós educadores (as), e não percebermos isso, não admitirmos, não debruçarmos na questão dando a sua real importância, corremos o risco de permanecer numa espécie de “casulo” sem compreender como e por que das relações de poder e seus efeitos disso na sociedade.

É preciso investir na formação dos docentes em especial as questões relacionadas à prática docente, incluindo nos currículos de todas as modalidades de ensino a obrigatoriedade da temática relacionada à História da África e Cultura Afro-Brasileira para que estes profissionais possam cumprir de forma satisfatória o que tange a Lei 10.639/03.

A ampliação do campo teórico dos estudos sobre a educação do povo negro na formação dos professores demonstra a importância de se trabalhar sobre a desconstrução da discriminação racial, oferecendo um novo conceito de formação e de educação, priorizando o cumprimento da Lei 10.639/03. Dando ao professor condições para atuar como agente formador de indivíduos reflexivos e criativos, sabendo dialogar com diferentes saberes, tendo o docente compromisso com o conhecimento no trato das questões das relações étnico-raciais, para uma educação antirracista.

Ao ingressar na universidade e participar do *Programa Conexões de Saberes*¹: *diálogos entre a universidade e as comunidades populares*, na Universidade Federal da Bahia, fui levada a participar das discussões relacionadas a racismo e preconceito étnico-racial. As mediações dos formadores do referido programa me despertou para a busca de novos conhecimentos em relação à temática me possibilitando a posicionar na tarefa da difusão dos estudos vinculados as questões da população negra.

Vale lembrar que entrei no programa em 2007, como estudante do pré-vestibular. Sendo os meus estudos em escolas públicas, a luta foi intensa, mas nem por isso desistir. A vontade de estudar numa Universidade pública era maior que as dificuldades. Em 2009 e 2011 volto como facilitadora do programa Conexões de Saberes.

As formações ministradas no Programa contribuíram como fonte de conhecimento para a minha intervenção ativa na luta pelos Direitos da cidadania, através de oficinas realizadas no programa escola aberta na comunidade, focando a temática raça e gênero. Com o objetivo de incentivar no público a construção da identidade quanto à consciência de seu pertencimento racial, despertando no mesmo o respeito, a si e ao outro, desconstruindo conceitos estereotipados, a respeito dos negros perante a sociedade. O Programa significou na vivência pessoal uma

¹ Programa Conexões de Saberes: *diálogos entre a universidade e as comunidades populares*, na Universidade Federal da Bahia, com a temática raça e gênero, o qual trás discussões sobre o processo histórico do povo negro e outros temas. Oferece e efetiva um conjunto de procedimento na área do ensino, “pesquisa e extensão”, sendo encaminhada com o intuito de ampliar e aperfeiçoar os traços de diálogo entre a Universidade e a Comunidade através dos discentes de origem popular.

oportunidade de avanço e construção de conhecimento teórico e prático contribuindo para formação acadêmica, profissional, fortalecendo a identidade étnica.

Como facilitadora do *Projeto Nenhum a Menos* em 2010² trabalhando pela uma escola Municipal de Salvador é que percebi a importância da educação como a mediadora para resgatar a cidadania, a autoestima e o interesse para os estudos de estudantes negros/as de escolas públicas, uma vez que nós educadores trabalhamos na perspectiva de garantir a permanência dos educandos nas escolas assegurando uma aprendizagem na escola.

O projeto me proporcionou a oportunidade de realizar meu primeiro estágio como experiência em sala de aula, possibilitando novos conhecimentos a serem incorporados na prática, no entanto pude observar que nessa escola a temática racial não era trabalhada de forma efetiva.

Nesse sentido foi necessário investigar como o livro de História do Brasil do 5º ano do ensino fundamental I adotado em uma Escola Municipal aborda a temática étnico-racial, pois, embora seja obrigatória no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, essa temática ainda não é devidamente contemplada no Ensino Fundamental I, no 4º e 5º ano introduzindo temas da História do Brasil. Sendo esse o motivo primeiro que me fez optar por desenvolver a pesquisa no livro do 5º ano, tendo em vista a postura discriminatória e preconceituosa no que se refere à História e a cultura afro-brasileira.

É essencial que os profissionais da educação estejam acessíveis às mudanças. Para fazer uso das novas práticas, não basta adquirir o conhecimento, precisa ter a capacidade de aplicar de forma eficaz e diferenciada, na construção e transformação do saber. Contudo, para que o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no contexto escolar, seja efetivo e eficaz, deve ser utilizado a partir de planejamento, técnicas e metodologias educacionais, compartilhadas com todos os membros da comunidade escolar, em todos os seus processos. Essa possibilidade permitirá a intervenção e a interação na produção dos conteúdos no método de ensino e aprendizagem.

² O projeto foi criado no ano de 2007, no âmbito do Programa Permanecer inspirado no filme “Nenhum a Menos” A princípio o projeto apoiava quatro escolas da rede municipal de Salvador, o projeto estava focado na prevenção da evasão escolar no ensino fundamental e a recuperação da aprendizagem dos alunos faltosos.

As situações de discriminações no cotidiano escolar, principalmente no tocante às relações étnico raciais, instigam o preconceito racial nos espaços das escolas, gerando estereótipos e restringindo as relações entre os sujeitos. Sendo assim, os estudantes negros (as) continuam convivendo com a discriminação, o preconceito racial e com os estereótipos nesses ambientes.

São muito comuns os atos que depreciam as pessoas que são diferentes dos padrões determinados pela sociedade. Essas atitudes têm o fim de constranger, depreciar e inferiorizar, causando danos á vida moral e psicológica das pessoas que não possuem o perfil correspondente ao dos europeus. Como diz Henrique (2002), “o *racismo estrutural brasileiro, geralmente negado e ocultado, institui, portanto, mecanismos e práticas discriminatórias no interior da escola.*” (p.93).

Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por um processo de modificação no que diz respeito às relações raciais. A luta para combater o racismo aprimora a educação na sociedade para que tenhamos uma nova visão acerca das relações étnico raciais. É função de toda a sociedade discutir a democracia racial e não apenas da instituição escolar.

A Lei 10.639/03 é resultado de mobilizações, requerimentos, esforços e lutas que sucederam ao longo do século XX, pelos movimentos sociais, em especial o Movimento negro, que no decorrer do tempo vem sendo uma preocupação de converter, desconstruindo opiniões e idéias de ações discriminatórias, preconceituosa, na sociedade.

Diante da publicação da Lei nº. 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e supervisionar o cumprimento das Diretrizes. (CAVALLEIRO, 2006, p.21,22).

No desenvolvimento desta pesquisa buscou-se analisar como o livro didático tem contribuído ou não para que o estudante negro (a) possa construir uma identidade social positiva, possibilitando o conhecimento das diferenças étnico-raciais. Suponho que a mesma venha colaborar como fonte de conhecimento para a minha atualização

na sala de aula, propondo uma reflexão como educadora preocupada com os atos discriminatórios, estimulando novas investigações. É fato, como sabemos que:

A cor no Brasil é como aquele sujeito que está só de corpo presente: ele está ali, mas ninguém vê ninguém nota ninguém se interessa. Todos sabem que está, mas não há manifestação, reconhecimento, valorização ou coisa que valha que aquele sujeito está vivo, é importante, é querido. (COELHO, 2009, p.162).

Este trabalho foi desenvolvido, portanto, no intuito Investigar como o livro de História do Brasil do 5º ano do ensino fundamental I adotado em uma Escola Pública e em uma Escola Privada aborda a temática étnica racial.

Nesse propósito constituem o objetivo geral desta pesquisa: analisar como o livro de História do Brasil do 5º ano aborda as temáticas citadas na Lei 10.639/03. E os objetivos específicos foram: Conhecer os conteúdos da disciplina de História do Brasil utilizados pelos docentes para trabalhar a questão étnica racial na sua prática docente; Certificar se os conteúdos proposto pela Lei 10.639/03 estão sendo abordados no livro de História do Brasil; Investigar permanência dos estereótipos no livro didático.

A pesquisa foi efetuada através do livro didático adotado em uma Escola Pública e em uma Escola Privada de Salvador. Como já mencionado, pretendeu-se neste trabalho investigar como o livro de História do Brasil do 5º ano do ensino fundamental I adotado em uma Escola Pública e em uma privada abordam a temática étnica racial, resgatando a contribuição do povo negro no processo de formação da sociedade brasileira.

Além disso, acreditamos que analisar os conteúdos da disciplina de História do Brasil utilizados pelos docentes, ajuda-nos a questionar se os conteúdos proposta pela lei 10.639/03 estão sendo trabalhados na sala de aula.

Tendo como referência metodológica a pesquisa bibliográfica, fundamentamos nossos estudos das teorias de Munanga (2005), Henrique (2002), SECAD Orientação e Ações para a Educação das Relações Ético-Raciais (2006), Silva (1997) e outros.

O desenvolvimento dessa investigação baseia-se no entendimento de autores sobre o assunto estudado, com a finalidade de fundamentar totalmente a pesquisa de forma teórica, contribuindo na elaboração desse trabalho.

No propósito de abranger categorias essenciais nesse trabalho, trouxe diferentes autores que tratam do racismo na área da educação, também o livro *Orientação e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Algumas considerações aqui podem ser apresentadas.

Para Rocha e Trindade (2006) a questão do racismo deve ser apresentada à comunidade escolar de forma que sejam permanentemente repensados os paradigmas, em especial os eurocêntricos, com que fomos educados. Não nascemos racistas, mas nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade e de “coisificação” dos povos africanos.

Henrique (2002, p.35) afirma que a distribuição da escolaridade entre os negros é significativamente pior do que entre os brancos. O peso relativo dos níveis de mais baixa escolaridade é maior entre os negros do que entre os brancos e, além disso, na medida em que avançamos para níveis superiores de escolaridade, os negros perdem posições relativas frente aos brancos.

Para Munanga (2005, p.16) o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. O emprego desses autores para a ponderação demonstrada neste trabalho encontrará explícito no decorrer do mesmo.

Os procedimentos metodológicos se estabeleceram na ampliação da leitura bibliográfica e na pesquisa de levantamento dos assuntos trabalhados na sala de aula, através de análise dos livros de história trabalhados no 5º ano. Verificando como estão sendo contemplados os conteúdos proposto pela Lei 10.639/03. Para o levantamento foi escolhido livros de História do Brasil adotado em uma escola pública e uma privada de Salvador. A investigação dos livros *Ápes Historia*, *Akpalô Historia* e *Viver Valores* destinados ao 5º ano do ensino fundamental. Tem como foco especialmente do texto redigido, nas atividades e as imagens usadas para as ilustrações.

A presente monografia foi estruturada com os seguintes capítulos:

Primeiro capítulo intitulado, *Marco teórico* Educação e educação do negro no Brasil: algumas discussões compreendem os conceitos de Raça, e faz algumas reflexões sobre o racismo no Brasil, assim como traz algumas discussões sobre as teorias racistas no Brasil, e por fim a História da educação do negro no Brasil. O segundo capítulo, intitulado *A Lei 10.639/03 e os novos desafios* formação dos professores e sua atualização na sala de aula, abordando a discussão dos conteúdos nos currículos sobre educação e relação étnica raciais: especificamente o livro de História, e levantamento de discussão dos dados.

2 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL: ALGUMAS DISCUSSÕES

2.1 COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE RAÇA

No século XVI o termo **Raça** era empregado para designar o grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum, entretanto data o século XIX as teorias biológicas empregaram o termo designando espécies de seres humanos distintos tanto fisicamente quanto em termo de capacidade intelectual.

No século XIX conforme Guimarães (1999) nos informa, o conceito Raça foi empregado para designar subdivisões da espécie humana, caracterizadas por particularidades morfológicas (cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana), aliado as características morais, psicológicas e intelectuais, que se supunham definir o potencial diferencial das raças para a civilização, dessa forma, justificando diferenças de tratamento e estatuto sociais para os diversos grupos étnicos presentes nas sociedades ocidentais e americanas que conduziram a um racismo perverso, desumano, genocida. Munanga e Gomes (2006) acrescentam que tais pressupostos estiveram ligados à dominação político-cultural de um povo em detrimento de outro, de nações em detrimentos de outras e possibilitou tragédias mundiais, como o nazismo.

Tais fundamentos imbricados de ideologias racistas serviram de base para legitimar a hegemonia do homem branco/europeu colocando-o sob o símbolo da evolução e do progresso da humanidade, subjacente a idéia de intelecto, cultural, moral, politicamente superior. Nesse aspecto, partilhamos das idéias de Munanga e Gomes (2006), quando argumentam que no nosso processo de formação social, cultural e política, aprendermos a ver o outro como diferente, outro no caso, o negro, isso porque tratarmos as ditas diferenças de forma desigual, caracterizamos como inferiores por causa de seus atributos físicos e a sua origem africana.

[...] podemos compreender que a identificação de raças é na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e poder ao longo do processo história aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto dessas ditas

diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (MUNANGA E GOMES, 2006, p.176).

2.2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL

A definição de racismo empregado nos anos 20, já foi assunto de discordantes entendimentos, isto é, de interpretação e compreensão. São diversas as explicações submetidas ao conceito de racismo que, no entanto não tem o mesmo esclarecimento.

As abordagens sobre o racismo científico que determinavam a inferioridade das raças na Europa do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX encontraram no Brasil terreno fértil incidindo política, cultural e socialmente na trajetória dos afros descendentes até os dias atuais.

Esse pensamento contribuiu para que houvesse o incentivo às políticas de branqueamento voltadas para a valorização do branco para o trabalho acentuando as péssimas condições de vida dos negros no pós – abolição que foi reforçado através dos estereótipos negativos como “vagabundagem”, “incompetência” “imoralidade”, e outro.

O racismo pode ser entendido enquanto ideologia que hierarquiza os grupos humanos tomando como critério o conceito de raça,... As hierarquias raciais decorrentes de tal ideologia concretizam-se em práticas sociais que privilegiam uns, considerados superiores, e marginalizam outros, considerados inferiores. (SILVA, 2009, p.31).

Os efeitos das errôneas interpretações do pensamento intelectual nos dias de hoje é percebido através da falta de igualdade entre brancos e negros tanto em termos políticos e econômicos que dizem respeito à garantia de acesso qualificado à educação, saúde, trabalho, bem como através das dificuldades que este segmento encontra na dimensão cultural que tange a religião, ancestralidade, linguagem, entre outro.

Um rápido percurso pela história de formação da sociedade brasileira entre meados do século XVI a meados do século XX, mostra alguns discursos que

contribuíram para a constituição das relações de poder sobre as questões étnico-raciais. Esse percurso foi feito à luz de um signo que foi bastante utilizado como mecanismo de poder para legitimar a ideologia de grupo dominante. Este signo refere-se ao que foi chamado de “raça”.

Os discursos raciais foram inculcados na mentalidade nacional e funcionou como dispositivo de poder e de subjetividades para perpetuar as justificativas de inferioridade da população negra. E até hoje tais discursos deixam profundas marcas na sociedade quando notamos ainda a reprodução da lógica de subjugação do segmento negro.

Segundo Guimarães (1996), no século XVI o termo raça era empregado para designar grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum, entretanto datam do século XIX as teorias biológicas empregaram o termo designando espécies de seres humanos distintos tanto fisicamente quanto em termo de capacidade intelectual.

Dessa forma compreendemos que o conceito de “Raça” *a priori* é uma construção histórica que deu margem a interpretações abusivas e equivocadas do ponto vista político, social e cultural, posto que incitou discussões em torno da ideia de poder. Como Munanga (2006), argumenta:

[...] podemos compreender que a identificação de raças é na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e poder ao longo do processo história aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto dessas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (MUNANGA, 2006, p.176).

Guimarães (2006) aponta no livro *Racismo e Anti-racismo no Brasil*, que raça foi empregado no século XIX para designar subdivisões da espécie humana, grosso modo identificadas com as populações nativas dos diferentes continentes, caracterizadas por particularidades morfológicas (cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana), juntavam-se características morais, psicológicas e intelectuais, que se supunham definir o potencial diferencial das raças para a civilização. Para o autor, tais doutrinas científicas, serviram de base para justificar diferenças de tratamento e

estatuto social, para os diversos grupos étnicos presentes nas sociedades ocidentais e americanas que conduziram a um racismo perverso, desumano e genocida.

Embora, saibamos que os estudos científicos tenham comprovado que não há diferenciação racial entre seres humanos pelo viés da biologia, esse discurso perdurou por muito tempo para marcar as diferenças sociais.

Podemos considerar que as evidências de racismo emergem no Brasil associado a escravidão em meados do século XVI, quando os interesses econômicos dos comerciantes europeus aliados às pseudo explicações bíblicas (de que os negros seriam “criaturas inferiores” e “não possuíam alma”), serviram de base para justificar o tráfico negreiro a fim de oficializar a desigualdade e a prática de exploração escravista subjugando negros (as) a categoria de “coisa”, “objeto”.

A respeito disso, Ferreira e Vasconcelos (2004), assim como Marques (1996), reforçam o argumento explicando que na história do Brasil o discurso inicial para o racismo emerge com a enunciação da moral cristã, na qual acreditavam que os negros e índios eram raças desalmadas e, por isso, irremediavelmente inferiores.

[...] como justificativa inicial para o aprisionamento e escravidão do negro, estava a crença de que o negro africano não tinha alma; que sua cor era resultado do pecado original, era um castigo, posteriormente tal justificativa ganhou novos contornos e evoluiu para a crença de que o Negro batizado e “resgatado” para a fé católica, ainda que escravo estaria salvo para a eternidade. O fato é que por trás de todas as justificativas encontradas, o tráfico sempre representou um grande negócio, incluindo muitas comissões pagas à Igreja. Mas adiante do questionamento interior, que tal tema constantemente fazia surgir, muitos teólogos cristãos, especialmente os jesuítas, teriam que reforçar a ideia da escravidão africana com novos fundamentos. (MARQUES, 1996, p. 14).

É necessário entender que essa tese, não só serviu para justificar o tratamento desigual dado pelos colonizadores aos negros e índios, mas principalmente porquê, o tráfico negreiro representou lucros econômicos para a igreja católica.

Iniciativas para uma suposta libertação através de implementação de leis como a do Ventre Livre (1871), que concedia liberdade aos (as) filhos (as) de escravas, a Lei dos Sexagenários (1885), que libertava os escravos (as) com idade igual ou superior a 60 anos, e mesmo a Lei Áurea (1888) que aboliu a escravidão no Brasil,

paradoxalmente, não resultou em mudanças significativas no modo de vida da população negra, pois foi um processo desestruturado pautado apenas nos interesses da elite.

O Estado e as elites por sua vez tiveram uma atitude omissa e negligente diante a realidade da população negra, ao invés de reconhecerem a violação dos direitos desta população, instituíram o processo discriminatório e excludente, na medida em que uma massa de indivíduos não teve acesso a educação, a moradia e as novas técnicas de trabalho, tampouco o reconhecimento de participação política.

Neste ínterim, um discurso racista vai sendo edificado a fim de desvalorizar e desqualificar a mão - de - obra dos negros em comparação a dos imigrantes brancos europeus, sob a justificativa de que estes eram mais adeptos ao trabalho livre, visto que já desenvolviam técnicas para o trabalho na agrícola na Europa.

Por outro lado, os estereótipos acerca da condição do negro atribuídos a incapacidade para o exercício do trabalho livre, responsabilidade pelo alcoolismo, vagabundagem, crime e desordem social, ganham corpo com as novas teorias raciais que vão tentar explicar o “problema racial” existente no país via ideia do embranquecimento da população.

Nunes (2006) afirma que desde a Abolição e até os dias atuais a luta pela cidadania na sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os negros (as) são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial.

Portanto, para compreender essas relações é necessário fazer uma reflexão crítica acerca dos subsídios teóricos que operam como fundamentos para a legitimação de inferioridade de negros (as) e como estes pretextos interferem no cotidiano destes grupos através da construção de estereótipos que se perduram até hoje.

No século XIX estudos realizados por Darwin (1809-1903), Spencer (1820-1903), Gobineau (1816-1882) entre outros, na Europa disseminaram o discurso da superioridade branca. Tais discursos posteriormente foram importados por intelectuais brasileiros (médicos, sociólogos, historiadores, escritores, entre outros.) na tentativa de justificar existência dos problemas nacionais tomando como base questão racial. Neste contexto, estes intelectuais reuniram-se na faculdade de medicina, direito, museus,

entre outras instituições científicas, vão aparecendo em meio a um novo projeto para o país, apresentando modelos teóricos que engendrava um pensamento de identidade nacional pelo viés científico.

As construções teóricas de tais “homens das ciências” que dentro das instituições das quais participavam tendiam se auto-representar como fundamentais para as soluções e os destinos do país, constituem, portanto, material privilegiado para a recuperação do período. Muitas vezes radicais em suas propostas, ou vistos como “estrangeiros” devido ao estranhamento que suas ideias geravam, esses intelectuais não apenas conheceram um momento de maior visibilidade e relativa autonomia, como buscaram formular, pela primeira vez, modelos globalizantes, estudos pioneiros, na tentativa de buscar uma lógica para toda a nação. (SCHWARCZ, 1993, p. 40).

Essas teorias racistas que foram disseminadas no Brasil, nada mais eram do que a adaptação do chamado “racismo científico” europeu, como observa Guimarães (1999), ideologia alicerçada na ideia “raça” que demonstrava a existência da superioridade da raça branca em detrimento das demais.

O pensamento racista brasileiro, àquela época nada mais era que uma adaptação do chamado “racismo científico”, cujas doutrinas pretendiam demonstrar a superioridade da raça branca. Se é verdade que cada racismo tem uma história particular, a ideia de “embranquecimento” é, com certeza, aquela que especifica o nosso pensamento racial. (GUIMARÃES, 1999, p. 52)

Entre os estudos sobre as teorias racistas no Brasil merece destaque o médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906) da Escola de Medicina da Bahia e Silvio Romero (1851- 1941) e da Escola de Direito em Recife. Rodrigues é considerado representante de uma corrente de pensamento mais radical no Brasil, pois foi imbuído de “racismo científico” europeu. Ele mesmo negro, paradoxalmente, adotou um discurso de teor racista ancorado no paradigma do determinismo biológico e cultural da superioridade do branco e ao mesmo tempo levando à crença de que inferioridade do negro era devida suas características “deficientes”, “patológicas” e “degenerativas”.

No Brasil, os estudos feitos por Rodrigues vieram reafirmar falsos conceitos de superioridade racial, o que sem dúvida concorreu para a consolidação do preconceito contra os negros, principalmente no que se refere a violência policial contra jovens negros da periferia e o extermínio de muito deles.

Silvio Romero (1851- 1941) era um intelectual de muitos radicalismos nas posições, de erros e acertos em suas avaliações. Devido o apego ao *naturalismo evolucionista*, acreditava que o processo de miscigenação levaria ao branqueamento vislumbrando a saída para uma possível homogeneidade racial dos brasileiros. Schwarcz (1993) argumenta que para Romero, o princípio biológico da raça parecia um denominador comum para todo o conhecimento, ou seja, tudo passava pelo fator raça, e era a ele que se deveria retornar se o que buscava explicar era justamente futuro da nação.

No plano cultural, Romero destacava os legados indígenas e afro-brasileiros como elementos constitutivos da singularidade brasileira, entretanto, não devem incorrer no engano de que o autor era defensor da mestiçagem. Ao contrário, Romero dizia que a mestiçagem deveria levar a extinção dos traços físicos e raciais dos índios e negros, conseqüentemente a construção de um país apenas de brancos.

No seu pensamento, Silvio Romero colocou a crucial questão de saber se a população brasileira, oriunda do cruzamento entre as três raças (branca, negra e índia) tão distintas, poderia fornecer ao país uma feição própria, original. Acreditava no nascimento de um povo tipicamente brasileiro que resultaria da mestiçagem entre essas três raças e cujo processo de formação estava ainda em curso. Mas, desse processo de mestiçagem do qual resultará a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, dar-se-ia a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não brancos. (MUNANGA, 1996, p. 52).

Para Schwarcz (1993), Romero encontrava na mestiçagem o resultado da luta pela sobrevivência das espécies, como estabeleciam as teorias deterministas da época. Porém, paradoxalmente, ao invés de condenar a hibridação racial, seguindo os modelos evolucionistas sociais, encontrava nela a futura “viabilidade nacional”.

Entre os intelectuais que compartilhavam de uma visão do determinismo, Euclides da Cunha (1866-1904) ganha destaque em sua obra *Os Sertões* (1902), ao retratar a Guerra de Canudos no interior da Bahia. Cunha bebendo das mesmas fontes de Silvio Romero engendra novas interpretações acerca das questões raciais, considerando fatores como clima tropical insalubre, populações mestiças, tidas como “neurastênicas” e “degeneradas”, eram as principais responsáveis pelo atraso social do Brasil.

Na década de 1930, novas interpretações sobre as teorias racistas ganharam fôlego com estudos desenvolvidos pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) na obra *Casa Grande e Senzala* (1933). Através de sua obra, Freyre acreditava que o racismo no Brasil não era explícito ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos. Dessa forma, criou uma teoria o que veio ser chamada de “imagem da democracia racial”, posteriormente “mito da democracia racial”, segundo a qual residia na ideia de uma suposta convivência harmoniosa entre brancos e negros.

Para Verdecanna (2009) o problema das idéias de Freyre reside no fato de como ele via a integração cultural do povo brasileiro sob um aspecto bastante positivo resultando em prejuízos para o reconhecimento da democracia racial brasileira. A autora ainda reforça que o mito da democracia racial serviu para manutenção de uma espécie de “inércia social”, pois destruía tendências de democratização da convivência social humana, isentava as responsabilidades das elites pelos efeitos do processo abolicionista.

O mito acabou sendo prejudicial à democracia racial brasileira ao atribuir os dramas da população de cor da cidade à irresponsabilidade do negro, isentar o branco de obrigações, solidariedade e responsabilidade coletivas dos efeitos “sociopáticos” da abolição, reavaliar as relações entre brancos e negros, e forjar uma falsa consciência da realidade racial brasileira. Com ideias como a de que o negro não tem problemas no Brasil, não há desigualdade no país, as oportunidades são iguais para todo, não há problemas de justiça social com o negro e problemas como prostituição, vagabundagem e miséria são residuais e transitórios. (VERDECANNA, 2009, p. 97).

O historiador Clóvis Moura ao apontar em seu livro *Sociologia do negro no Brasil* (1998), que censo brasileiro de 1980 levantou 136 tipos cores associadas à cor negra, torna evidente que o ideal de branqueamento e de democracia racial da população brasileira sustentado pela mestiçagem, na medida em que percebia que os (as) brasileiros (as) escapavam de sua concepção de pertencimento étnico – racial na tentativa de querer se aproximar de um modelo simbólico europeu.

No período em que se consolidou o Estado Novo (1937- 1945) fundado pelo presidente ditatorial Getúlio Vargas, as ideologias racistas marcaram profundamente o cotidiano de muitos brasileiros. Nesse contexto, o governo brasileiro foi influenciado

pela ideologia nazi-fascista na Europa que se caracterizava pela discussão da eugenia como forma de melhoramento do corpo e da raça a fim de constituir uma nação “ideal”.

Nos anos 60 apresentaram novos quadros sobre os estudos das relações raciais no Brasil. Os escritos deixados por cientistas sociais como Florestan Fernandes (1920-1995) e Octávio Ianni (1926-2004) representaram um marco para contestar as idéias que supunham Freyre. Entretanto, Guimaraes (2006), as teses raciais sustentadas por esses autores brasileiros do final do século XIX servem de base para ilustrar de forma nítida o pensamento que dominava entre as elites brasileiras, contribuindo para a manutenção de um sistema social dicotômico restrito a fronteira senhor/escravo, branco/negro mantendo evidente a posição de inferioridade do negro.

Em sua obra *A integração do negro à sociedade de classes (1964)*, Fernandes dizia que o preconceito não só existia como impedia que a nova ordem competitiva se desenvolvesse em sua plenitude. Tratava-se, entretanto, de preconceitos e discriminações fora do lugar, uma espécie de consciência alienada dos agentes sociais.

Contudo, mais de cinco séculos se passaram e a sociedade ainda se ancora nesse tipo discurso pseudocientífico que foi largamente transplantado ao Brasil e não manteve inalterado, ao que consta, foram resignificado ao modo para determinar classificações hierarquizadas e justificar a escala de valores baseadas na raça, demonstrando que em diferentes contextos históricos, sob diferentes explicações, os negros (as) sempre foram estigmatizados como inferiores em função da cor.

A constatação do preconceito e da discriminação racial gerou a cristalização de mecanismos de desigualdades em diversos aspectos da sociedade brasileira, tornando evidente que o racismo não foi superado com o discurso da democracia racial, tão disseminado através do emblema de harmonia entre brancos e negra. Ao contrário, as ideologias racistas e as políticas de embranquecimento, apenas aguçaram e sedimentou o racismo através do esquecimento, do silenciamento, e da negação da importância dos elementos da cosmovisão africana e da valorização da identidade de mulheres negras e homens negros que tiveram suas histórias de vidas marcadas pela luta e resistência.

2.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

O acesso da população negra na educação, por muitos anos foi negado, com consequência de extrema desigualdade comparando a educação do branco, resultando em um baixo nível de desenvolvimento do povo negro.

As relações étnico-raciais desenrolam-se em práticas sociais nas quais convivem negros, brancos, indígenas, judeus e tantas outras pessoas classificadas em categorias criadas ao longo da história da humanidade, para diferenciar grupos, especificamente, étnico-raciais. No caso particular do Brasil, estamos falando de práticas tensas em que convivem negros e brancos, descendentes, respectivamente, de africanos escravizados e europeus escravistas e/ou imigrantes do final do século XIX e início do XX. (SILVA, 2009, p.3).

No âmbito educacional se perpetuou a concepção em que a trajetória de escolaridade do estudante negro é delimitada principalmente pelo seu empenho individual, não consistindo em examinar os processos históricos, privando o ingresso e perseverança da população negra no sistema educacional.

De acordo com silva, dentro do contexto educativo tem-se verificado que a concentração de poder, nas mãos de uma minoria, colaborou para que o segmento negro se sentisse cada dia mais excluído e, portanto, menos participante, sendo assim apenas um elemento dentro da sociedade. (COELHO, 2010, P.241).

Partindo do entendimento de que a educação está vinculada as relações sociais constituídas na sociedade, é possível compreender que as desigualdades sociais, desenvolvem dessemelhança no sistema educacional repercutindo no meio social o impedimento do ingresso dos estudantes de origem popular ao ensino superior. Como Henrique argumenta:

A distribuição da escolaridade entre os negros é significativamente pior do que entre os brancos. O peso relativo dos níveis de mais baixa escolaridade é maior entre os negros do que entre os brancos e, além disso, na medida em que avançamos para níveis superiores de escolaridade, os negros perdem posições relativas frente aos brancos. (HENRIQUE, 2002, pág.35).

3 A LEI 10.639/03 E OS NOVOS DESAFIOS

O movimento negro destaca a importância da valorização e do reconhecimento do povo negro na construção social e cultural do país, insinuando modificação na atitude, nos discursos, também nas políticas públicas. Com o objetivo de superar a desigualdade racial no processo educativo do nosso país, demonstrando no trajeto histórico educacional a retirada de um modelo de educação sem a diversidade, para uma educação que especifica as diferenças, no intuito de reparar processo de desigualdade, em especial da população negra.

Nessa trajetória, destacam-se ainda as experiências do Movimento Negro Unificado (MNU), a partir do fim da década de 1970 - e seus desdobramentos com a política anti-racista, nas décadas de 1980 e 1990, com conquistas singulares nos espaços públicos e privados das frentes abertas pelo Movimento de Mulheres Negras e do embate político impulsionado pelas Comunidades Negras Quilombolas. Ou seja, no percurso trilhado pelo Movimento Negro Brasileiro, a educação sempre foi tratada como instrumento de grande valia para a promoção das demandas da população negra e o combate às desigualdades sociais e raciais. (CAVALLEIRO, 2006, p.19).

Nesse propósito a Lei Nº. 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira””.

Para Henrique, a escolaridade de brancos e negros nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. Como vimos, apesar da melhoria nos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações. (HENRIQUE, 2002, p.93).

Trabalhar a desigualdade racial na escola não é meramente alguma coisa que apenas se deve falar ou comentar, mas sim um assunto que é necessário ser considerado e respeitado por todos, discutindo sobre a presença do preconceito e da

discriminação racial na sala de aula e nos materiais didáticos utilizados pelos estudantes, pois o currículo didático adotado no espaço educacional, pouco utiliza e até mesmo em certo momento omite a história do povo negro no processo educativo e de formação social.

O primeiro passo tomado para a desconstrução de ideologia e mentalidades discriminatórias na sociedade precisa ser dado na educação, por ser um campo de consequência direta destas alterações, com mudança na condição das políticas públicas e também na consideração de que o reconhecimento das diferenças se associa diretamente a instituição escolar.

Um dos desafios é transformar o quadro de exclusão da população negra do universo escolar. A partir disso, é preciso adotar políticas públicas de combate a discriminação racial e ao racismo, buscando modificação social no ambiente escolar. Deve-se estar cuidadoso ao que se refere o Parecer do CNE (2004).

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (Brasil, 2004, p.06).

Conforme afirma Nilma Lino Gomes na obra *superando o racismo na escola* de Munanga, no capítulo *Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação*.

Não podemos generalizar e dizer que todos (as) os (as) educadores (as) sofrem de apatia e passividade. Durante as palestras e debates dos quais participei nos últimos anos, nota que, aos poucos, vem crescendo o número de educadores (as) que desejam dar um tratamento pedagógico à questão racial. Esse movimento tem impulsionado a escola brasileira a pensar sobre a necessidade de se criar estratégias de combate ao racismo na escola e de valorização da população negra na educação. (MUNANGA, 2005 p.147)

Ainda nesse capítulo Gomes traz um exemplo de mudança como nova prática educacional o “projeto de extensão e a escola comunitária do Ilê Aiyê³ em Salvador” que contempla os valores civilizatórios dos povos negros, mantendo um trabalho que tem como eixo central a “cultura e a história do povo negro”.

O Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê7 em Salvador é também uma experiência que deve ser conhecida e que trabalha na fronteira da mudança de valores e instauração de novas práticas. Esse projeto tem realizado trabalho sem parceria com escolas públicas, capacitando professores (as) e envolvendo os alunos em projetos pedagógicos e oficinas, cuja temática racial é o objetivo principal. Além desse projeto, o Ilê Aiyê mantém, desde 1988, a escola comunitária de ensino fundamental Mãe Hilda, no bairro da Liberdade, cujo projeto pedagógico tem como base a cultura e a história do povo negro no Brasil. (MUNANGA, 2005, p.152).

Estes exemplos são modelos que tem dado certo como novas práticas educacionais. Um trabalho sério com profissionais capacitados, proporcionando visibilidade á história de esforço e resistência do povo negro, auxiliando estes a uma visão de luta para um mundo de igualdade social. Nesse aspecto pode acontecer à troca da experiência entre o educando e o educador, criando novas situações compartilhando qualidades, costumes e conhecimento entre si, despertando o conhecimento para a temática étnico racial.

3.1 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E SUA ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

Embora a Lei 10.639/03 já esteja em vigor, na prática ainda há muito a fazer. É necessário que a instituição escolar exponha as questões raciais com mais cuidado e

³ O PEP (Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê) foi criado com o objetivo educacional de resgatar as raízes africanas e suas influências no Brasil, por meio da construção da identidade cultural negra entre crianças e adolescentes, contribuindo dessa forma para afirmação de uma cidadania negra com auto estima, reafirmando a herança ancestral que cultiva as raízes africanas. Os Cadernos têm o papel primordial de contribuir para uma re-significação da cultura negra, estabelecendo um olhar mais plural na construção da auto-estima dos afro-brasileiros. Os Cadernos passam a ser material didático a partir de 1995, quando é criado por Jonatas Conceição e demais componentes da Associação. (PERIN, 2007, P.15)

preocupação, tendo um compromisso efetivo para que os estudantes internalizem as questões, tendo uma aptidão de refletir, questionar, criticar, não resumindo somente em conhecer os assuntos contidos nos livros didáticos.

É através da análise e discussões que o educando poderá reconhecer-se com agente transformador, assumindo suas diferenças étnicas com atitudes que superem a exclusão étnico-racial. Não há receitas, mas se sabe que o preconceito só pode ser combatido por meio da construção e prática constantes de atividades pedagógicas e educativas que saibam valorizar o diferente (SILVÉRIO, 2006, p.139).

Esse modelo de ensino leva o estudante a refletir sobre sua condição na sociedade, sua participação cidadã e o direito de expressar-se de criar, recriar e optar, sendo capaz de utilizar o conhecimento de forma significativa diversificada em vez de um ensino estereotipado e mecânico, influenciado pela cultura de matriz europeia. Estimulando no indivíduo noção crítica certificando do direito em que deve participar na sociedade, fazendo parte da construção de sua própria história.

Os pontos necessários para que o docente cumpra o que traz a Lei, são a qualificação da sua formação e a competência. No entanto é preciso que a escola, a Secretaria de Educação Estadual e também Municipal, prepare esse profissional para a sua atualização em sala de aula, tendo a capacidade e o conhecimento de como intervir em situações do enfrentamento da discriminação e do racismo no âmbito social principalmente no ambiente escolar, pois sem conhecimento e preparo é impossível que a Lei se torne efetiva no trabalho docente. Como aponta o Parecer CNE/CP 003/2004.

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional. (Brasil, 2004, p.16).

Na construção de uma escola democrática promovendo um reconhecimento da História e cultura de cada povo, é preciso atuar com investimento da formação inicial da graduação, também na formação continuada para os docentes que se encontram em sala de aula através de estudos sobre História e Cultura, principalmente em relação a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, preparando o docente para identificar no material didático, em especial o livro História do Brasil, visões estereotipadas, sinalizando para os estudantes de maneira reflexiva e crítica, no intuito de compreenderem as representações negativas que o livro apresenta sobre a população negra.

(...) Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros. (Brasil, 2004, p.09).

O perfil do docente do século XXI deve ser de pesquisador reflexivo e transformador, sendo crítico e criativo, que não proporcione um ensino fragmentado e fora do contexto das novas diretrizes. Sendo um orientador, mediador podendo colaborar com a construção de uma nova sociedade. Permitindo modificação, com a finalidade de estar capacitado para lidar com variadas condições, recorrendo á novos conhecimentos principalmente nas questões étnicos raciais. Empenhando na qualificação das propostas de melhoria dos métodos e práticas de ensino.

É preciso um tempo de preparo e também oportunidade para que o docente tenha subsidio para trabalhar com as novas diretrizes que incluem a História e a Cultural Africana e Afro-Brasileira, desconstruindo concepções aprendidas durante anos, tendo conhecimento das suas possibilidades e limites.

3.2 A DISCUSSÃO DOS CONTEÚDOS SOBRE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: ESPECIFICAMENTE O LIVRO DE HISTÓRIA

“É preciso revisar os conteúdos que inferiorizam o continente africano, que logo inferiorizam os afros descendentes que são os principais alvos do preconceito racial”. (COSTA, 2009, p.08).

Os discursos nos livros didáticos sobre os povos africanos é uma exposição da África inventada atendendo uma visão Européia. Inferiorizando o povo negro através da preservação de elementos, principalmente em relação à cor, doenças, fome, misérias, guerras e atraso econômico. Uma história conduzida a partir da escravidão repassada de forma preconceituosa, com conteúdos depreciativos representando a África de forma negativa.

Além disso, a história e resultantemente a cultura negra brasileira em todo tempo foi reproduzida nos livros didáticos a acontecimentos como trabalho escravo, o fim da escravidão do Brasil, a Lei Áurea⁴ assinada pela princesa Isabel, tráfico negreiro e outros. Não revelando como um dos principais alicerces na formação da sociedade do nosso país, que por mérito deve resgatar sua contribuição nas principais áreas referente à História do Brasil.

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, na pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (Brasil, 2004, p.03).

A inclusão de História e Cultura Africana e Africana brasileira nos currículos de Educação Básica discorre-se de liberações políticas com intensa influencia pedagógica abrangendo a formação docente. Com o propósito exclusivo de colaborar para prevenir e excluir de forma geral as manifestações de discriminação étnica racial.

⁴ No dia 13 de Maio de 1888, a princesa Isabel (que no momento reinava no lugar de seu pai, o imperador D.Pedro II) assinou a Lei Áurea, que declarava extinta a escravidão no Brasil. Dessa data em diante, todos os escravos tornaram-se livres.(Passos, 2011,p.35).

Recentemente, o sistema educacional recebeu a responsabilidade de promover a valorização da contribuição africana quando, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação da Lei 10.639 de 2003, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica. Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. (FASI,2010,p. 09).

Existe um grande desafio para desconstruir concepções conhecidas e aprendidas durante séculos de formação. Pois vai além do âmbito escolar.

O enfrentamento da desigualdade entre brancos e negros no país e a educação para as relações étnicas e raciais ganhou maior relevância com a Constituição de 1988. O reconhecimento da prática do racismo como crime é uma das expressões da decisão da sociedade brasileira de superar a herança persistente da escravidão. (FASI, 2,010 PAG. 09)

3.3 HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS: ANÁLISE DOS DADOS

Após a publicação da Lei 10639/03, notamos que algumas editoras mostraram ter mais preocupação com a abordagem dos assuntos trazidos pela referida Lei, sobre a temática étnico racial, nas suas atuais obras. Iniciaram expondo a História dos negros de uma forma mais abrangente. No entanto, ainda assim deparamos nos livros didáticos conceitos eurocêntricos sobre a História da África e Afro brasileira.

Manifesta através desse contexto, a inquietude de investigar e analisar qual o ponto de vista da História e Cultura da África e Afro – Brasileira existente no livro de História do Brasil no 5º ano do Ensino Fundamental I, adotado em uma Escola Pública e uma Escola Privada de Salvador.

Tendo o conhecimento sobre os conteúdos relativos à temática, examinando como estes assuntos proposto pela Lei 10.639/03, estão sendo abordado nos livros

didáticos, utilizados pelos docentes para trabalhar a questão étnica racial na sua prática docente. Se esses conteúdos são contemplado de acordo com a Lei.

Ao examinar os livros selecionados, podemos refletir a respeito da maneira de como os segmentos da população negra são representados, se essa organização colabora para a exclusão das manifestações de discriminação étnica racial e os preconceito contra essa população.

Diante dessa perspectiva, executamos um levantamento dos livros didático História do Brasil do 5º ano. Introduzimos a pesquisa provendo um estudo sobre o livro didático do 5º ano para o Ensino Fundamental.

Esta pesquisa foi desenvolvida através de análise documental e teve por fundamento conhecer alguns dos mecanismos de implementação da Lei 10639/03, dentre eles o livro didático. Adquirirmos desse modo, um livro de História adotado em uma escola pública, seguindo-se outros dois de uma escola privada.

Em primeiro lugar analisou o livro nomeado após História sendo seus autores, José William Vesentini, Dora Martins e Marlene Pécora, da editora Ática, 2 edição de 2012. O livro foi organizado para o 5º ano do Ensino Fundamental, adotado em uma escola Pública.

É constituído por “abertura de capítulo” explicando o mesmo, “glossário, bloco de atividades, navegando no tempo, o que estudamos, sugestões de leitura e sites da internet, cem anos de Brasil e referências bibliográficas”. Dividido em dezesseis capítulos, sendo que cada capitula introduz com uma página com “imagens e textos”, provocando no leitor o desejo de conhecer a respeito da temática estudada.

O capítulo seis vem intitulado A gente que veio da África. Na abertura do capítulo o livro apresenta imagens representando o povo negro, com um pequeno texto falando do motivo da vinda dos africanos para nosso País. O capítulo foi dividido em alguns tópicos, primeiro trás um pouco sobre “a chegada”, esse tópico cita como foi a chegada dos africanos á colônia portuguesa na América e o objetivo dessa vinda. O segundo tópico é sobre “casa grande e senzala: trazendo um pouco sobre o dia a dia dos africanos escravizados, a vida nos engenhos, nesse tópico cita que os engenhos eram os lugares para onde foram levados os escravos, também que “os escravos africanos dormiam na senzala, que ficava nas áreas de serviço ou no quintal”. Em fazendas em

que não havia senzala, eles dormiam ao ar livre ou na cozinha, ao pé do fogão”. (VESENTINI, 2012, p.72), Terceiro tópico, a fabricação de açúcar, apresenta imagens dos negros trabalhando na produção de açúcar. “Para refletir um pouco mais sobre o trabalho dos escravizados” [...], faz uma citação do texto **doce inferno** - açúcar e escravidão de Vieira. Terminando esse capítulo com o tópico “patrimônio cultural Brasileiro”. Menciona que:

O jongo é uma manifestação cultural diretamente ligada à cultura africana no Brasil. É uma expressão musical acompanhada de dança, trazida para o Sudeste brasileiro por africanos bantos escravizados e provenientes da região compreendida hoje por boa parte do território da Angola. (VESENTINI, 2012, p.82).

O capítulo sete faz uma continuação sobre o povo africano com o tema “A gente escrava resistiu à escravidão”. O início do capítulo é representado por imagens retratando um senhor e uma senhora idoso (a) negro (a), uma roda de capoeira, música, danças e comidas típicas na cidade de Salvador, precisamente no Pelourinho, com um texto falando da resistência desse povo.

Os africanos trazidos à força para o Brasil não se submeteram passivamente à escravidão. Muitos se revoltaram, fugiram e formavam quilombos. Nos quilombos, e até mesmo nos engenhos e fazendas, eles mantiveram boa parte de suas tradições e tiveram uma influência poderosa na formação da cultura brasileira. (VESENTINI, 2012, P.85).

O capítulo foi organizado em quatro títulos, sendo que o primeiro fala sobre “castigo, fugas e resistência. O texto fala sobre alguns motivos que levaram as fugas dos escravizados e seus sofrimentos nos engenhos. Na parte da atividade apresenta duas imagens sobre o negro, uma delas mostra um negro apanhando no tronco sendo que o ajudante do agressor é um negro, “gravura de Charles Landseer, 1825”. A segunda imagem é um “anúncio publicado em jornal de 1854, anunciando a fuga de um escravo titulado “Crioulo fugido””. A atividade pede para que os alunos escrevam um texto de forma explicativa sobre as imagens. O segundo título é sobre “a origem do

preconceito”, trazendo a Lei Áurea, de uma forma bem resumida. “Apesar de se livrarem dos castigos e de ganharem a liberdade, os afrodescendentes se viram sem nenhuma perspectiva de trabalho para sobreviver”. Ganhar a liberdade não era suficiente” [...] (VESENTINI, 2012, p.88).

Ainda nesse capítulo o terceiro título denominado, “A construção da cultura”. Introduz a influência da cultura africana na “língua, festas, comidas e música” do nosso País. [...] “quando os negros chegaram ao Brasil, trouxeram consigo seus hábitos alimentares, sua religião, sua música, sua dança, suas tradições” (VESENTINI, 2012, p.88). Finalizando com o quarto título, “Iguais perante a lei”, aborda sobre as fortes consequências para a sociedade, ocasionadas através do “racismo, do preconceito e da discriminação” e para as pessoas vítimas desse modelo de violência. Trazendo um pouco sobre “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos”, representado com a foto de uma “família de comunidade quilombola de Alto Alegre, município de Horizonte” (Ceará, 2007).

O capítulo doze “A gente da política” no tópico A primeira constituição do Brasil, relata que a constituição de 1824 recusa a menção ao escravizados. Mesmo que muitos deles exercessem uma função na cidade não eram respeitados como cidadãos. Cita um poema na atividade sobre ser cidadão.

Ser livre
*Um povo livre vive num país livre, na cidade livre,
na rua livre, na casa livre.
Colônia e escravidão caminham na mesma direção.
Quem declara independência
e não declara abolição
vai ver não é livre nada
apenas mudou de patrão.
A liberdade da Nação
é a soma das liberdades
de cada cidadão.*

Extraído de: José William Vesentini, Dora Martins e Marlene Pécora. Obra citada, p. 145.

No capítulo treze que aborda, “A gente do café e o fim da escravidão”, trás de forma resumida sobre “a escravidão nas cidades” no terceiro tópico e “o fim da escravidão” no quarto tópico, desse capítulo.

O segundo livro analisado, *Akpalô História*, de Aline Correa, da editora do Brasil, edição 2010. No capítulo um, aborda sobre a História do Brasil, “a contagem do tempo, os primeiros habitantes e Brasil: de colônia e a império”. Nesse capítulo os assuntos são bastante resumidos, nos dois primeiros tópicos a representação do negro são duas imagens, uma é de uma criança com a mãe quando fala da contagem do tempo e a outra é de uma “reconstituição do rosto de Luzia, feita a partir do fóssil considerado o mais antigo de um ser humano nas Américas” [...], ao cita os primeiros habitantes do Brasil. No último tópico que é Brasil: de colônia a império, aborda da forma como sempre foi no livro de História, mudando apenas alguns termos em relação a palavras.

Foi comprovada que no livro é escassa a participação do povo de origem Africana, na História e Cultura do Brasil. Cita apenas, os assuntos como sempre foram representados nos livros principalmente sobre escravidão. Não expõe os fatores que encaminharam a escolha da escravidão no Brasil.

O terceiro livro didático analisado – Projeto Viver Valores, de autoria Maria Amélia Vieira e Rute de Sousa Galvão, da editora Construir (não cita a edição). Esta obra foi elaborada para o 5º ano, do ensino fundamental utilizado numa Escola Privada em 2012. Dividido em oito unidades, a obra contém apenas a terceira unidade “Dignidade” onde fala também do índio e um resumo na unidade sete “Justiça”, relatando o tema estudado.

A primeira evidência no livro no que diz respeito ao assunto, é sobre a Cultura Africana, trás a gastronomia, identificando algumas comidas da culinária africana. Na orientação didática do livro sobre esse conteúdo, guiando os professores para o aprofundamento da análise sobre os negros.

Professor (a): Nesta subunidade aprofundamos a análise sobre a vida dos negros em terras brasileiras. Submetidos à condição de escravos foram retirados do lugar onde viviam, separados de sua família e cultura, desrespeitados em seus costumes, transportados em condições subumanas. Antes do embarque eram batizados em rituais cristãos, marcados como o gado e conduzidos a um destino de sofrimento e exploração no Brasil. Mesmo assim

conseguiram manter parte de suas tradições ao longo do processo de escravidão. (VIEIRA e GALVÃO, P.104).

Outro tema é a “Música e a Dança”, relata de forma bem resumida sobre esses dois temas na cultura do Brasil (...) “Atualmente, os ritmos estão sendo conhecidos como são chamados localmente: candomblé baiano, xangô e maracatu pernambucanos, tambor de mina maranhense, samba carioca, congado mineiro, capoeira, etc. Todos esses gêneros musicais africanos estão sempre acompanhados por uma dança correspondente, cuja principal característica é ser dançada em roda”. (VIEIRA E GALVÃO? P.111.).

Cita também a Literatura e a Religião. Exemplificando as características da produção literária de forma breve. “Muitos contos populares, provérbios e palavras de origem africanas vêm sendo resgatados por pesquisadores”. (Vieira e Galvão p.122.).

Em relação a religião fala sobre a recriação das religiões que os africanos e seus descendentes recorrerão criando grupos para praticar os rituais e também a propagação das tradições religiosas. “Assim, podemos dizer que as religiões vindas da África envolvem as várias expressões da cultura africana, como a gastronomia (já que a preparação de alimentos é muito comum nos festejos religiosos), a música (pela utilização de instrumentos nos festejos), a dança (porque os gestos fazem parte da expressão religiosa) e a literatura (pelo canto).” (VIEIRA GALVÃO, p.128.).

Na unidade sete “Justiça”, relata resumidamente sobre a abolição da escravatura, não tendo modificação nos termos e nem no conteúdo, sendo demonstrados como sempre foram apresentados nas enciclopédias e nos livros de História do Brasil.

A análise dos livros selecionados, possibilitou intrigar uma reflexão a cerca da maneira de como os segmentos da população negra são reproduzidos, se essas composições cooperam de algum modo para diminuir a discriminação e o preconceito que permanece contra o povo negro em nosso País.

Conseqüentemente fica evidente que os cursos de licenciatura têm por obrigação formar docentes no intuito que tenham uma leitura crítica dessa conexão entre os componentes que integram os conteúdos didáticos.

Tendo o conhecimento que o livro didático de modo intenso, é a única ferramenta de transmissão de conhecimento, precisaria ser empregado com utilidade, em proveito da valorização e do reconhecimento do povo negro na construção social e cultural do País.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático está incluído na memória visual e na cultura da sociedade por muito tempo mesmo com a extensa mudança social. Até então é um instrumento que desempenha uma função importante para o indivíduo, agindo como intermediário na construção do saber.

Desde modo, a exploração de livros de História é essencial, pois é uma ferramenta empregada nas instituições escolar. Embora seja necessário que os conteúdos nos livros didáticos tenham a pluralidade étnica, não expondo grupo étnico superior ou inferior. Mas não bastam só as mudanças nos conteúdos dos mesmos, pois o livro por si só não muda essas ideologias. É preciso que a formação dos docentes seja diferenciada, formando professores críticos, cientes das suas funções como docentes, para executarem a utilização dos livros didáticos, não repassando as ideologias dos grupos influentes.

O espaço escolar é um ambiente no quais opiniões são formados e nesse espaço há uma diversidade que não é respeitada, disseminando o preconceito. Percebemos uma responsabilidade de não insistir nesse modelo de atitude, pois é no âmbito escolar que devem começar essas transformações no que se refere ao combate a prática racista através do livro didático.

Ainda que tenha nos livros referências positivas referentes a população negra, a superioridade das informações e imagens negativas demonstra que ainda precisamos de grandes mudanças nos materiais didáticos.

Uma nova atitude necessita ser seguida na sociedade e na escola, particularmente pelos docentes no processo de transmitir os conteúdos, pois são poucas as alternativas metodológicas oferecidas à comunidade escolar. Os métodos educativos de ensino e aprendizagem criam sempre grandes expectativas quanto à dimensão dos seus efeitos comprometidos. É necessário que os profissionais da educação estejam acessíveis às mudanças.

Contudo para que o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no contexto escolar, seja efetivo e eficaz, deve ser utilizado a partir de planejamento, técnicas e metodologias educacional, compartilhada com todos os membros da comunidade escolar,

em todos os seus processos. Essa possibilidade permitirá a intervenção e a interação na produção dos conteúdos no método de ensino e aprendizagem.

Referências

BRASIL. Lei 9394 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Parecer CNE/CP n.º de 10 de março de 2004:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, Brasília. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 22 de Março de. 2013.

CAVALLEIRO, Eliane. **Movimento Negro e Educação.** In. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores** – Pará, 1970 – 1989. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

CORREA, Aline. **Akpalô história, 5: ensino fundamental** / Aline Correa. – São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

COSTA, Raphael Luiz Silva. **A Lei 10639/2003 e o ensino de Geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos.** Disponível em [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20\(12\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20(12).pdf) Acesso em 02 de julho de 2011.

FASI Mohammed. **HISTÓRIA geral da África, III: África do século VII ao XI** / editado por Mohammed El Fasi. – Brasília: UNESCO, 2010. 1056 p.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial. In: Abramowicz, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.): **Educação como prática da diferença.** Campinas, SP: Armazém do Ipê 2006.

_____. **A desconstrução da discriminação no livro didático.** In: MUNANGA, Kabengele.org. Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2005.

GUIMARAES, Antônio Sergio Alfredo. Argumentando pela ação afirmativa. In: MUNANGA, Kabengele.org. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à universidade de São Paulo; Ed.34, 1999 p. 165-196.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero nos sistemas de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002
MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília.

MARQUES, Gabriel. A discriminação e a intolerância no dia a dia. In: _____. **Da senzala à unidade racial**: uma abordagem da realidade racial no Brasil. 2ª ed. Brasília: Editora Planeta Paz, 1996, p. 01-11.

MINISTÉRIO da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais** Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, Kanbeguele; GOMES, Nilma Lino. **A resistência negra**: das revoltas ao movimento negro contemporâneo. In: _____. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006, p.107-137.

_____. A mestiçagem no pensamento brasileiro. In: _____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 50 – 127.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil**: tentativas de disfarce de uma violência explícita. Psicol. USP v.17 n.1 São Paulo mar. 2006.
Disponível em: < <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S16785177200>
Acesso: 26 de mar 2012 às 14h00min.

PASSOS, Célia. **História: 5º ano: ensino fundamental** / Célia passos, Zeneide Silva. - 2 ed. - São Paulo: IBEP, 2011. -- (Eu gosto).

PERIN, Rosemary Rufina dos Santos. Os Cadernos de Educação do Projeto de Extensão Pedagógica Ilê aiyê: Um precursor das Diretrizes Curriculares da Lei10639?./Rosemary Rufina dos Santos Perin. Salvador BA: RRSP, 2007.
Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/disser.pdf> Acesso em 28 de Março de 2013.
Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em 05 de Outubro de 2011.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Movimento Negro e Educação**/ : Rosa Margarida de Carvalho Rocha e Azoilda Loretto da Trindade In. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. In: _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1903**. 7ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 11 - 42.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: MUNANGA, Kabengele. (Org). Superando o Racismo na Escola. 2 ed. Brasília: Mec/Secad, 2005.

Silva, Douglas Verrangia Corrêa da. **A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos** / Douglas Verrangia Corrêa da Silva. -- São Carlos: UFSCar, 2009.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. **As representações e a diferença racial na educação: relação entre cultura e educação na Escola Básica Média**. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org). **Educação e relações raciais: conceituação e historicidade**. São Paulo: ed.livraria da Física, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO In: Programa Permanecer Projeto Nenhum a Menos: **Relatório de atividades 2010**.

VALENTE, Ana Lúcia. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n28/a06n28.pdf> Acesso em 20 de Junho de 2011.

VERDECANNA, Ticiania R. **A negação do mito da democracia racial e os desdobramentos dos estudos sobre relações raciais brasileiras após abolição**. In: JOHNSON, J.; VIEIRA, V. R. (org.). **Retratos e espelhos: Raça e Etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos**. SP: FEA/USP, 2009, p. 93- 113.

VESENTINI, J.William. **Ápis: história** / J.William Vesentini, Dora Martins, Marlene Pécora. - São Paulo: Ática, 2012.

VIEIRA, Maria Amélia. **Projeto Viver Valores** / Maria Amélia Vieira, Rute de Souza Galvão. - Pernambuco: Construir.